Submarinos Três megaprocessos judiciais ligados entre si

A empresa de comunicação de António Cunha Vaz (na foto) passou a ser a porta-voz em Portugal dos alemães da Ferrostaal, grupo responsável pelo cumprimento do contrato de contrapartidas assinado entre o consórcio fornecedor dos submarinos e o Estado português

Um processo que vale por dois

Desfecho dos casos dos submarinos decisivo para o futuro político de Portas e do CDS-PP

Nas últimas semanas, no Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC), não é apenas o negócio das contrapartidas dos submarinos que está a ser discutido. Este processo, que nasceu da investigação do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) à aquisição dos dois submersíveis, desafia também o futuro político do CDS-PP e do seu líder, Paulo Portas.
O processo dos submarinos nasceu a partir de indícios retirados do caso Portucale (ver infografia), nomeadamente as escutas telefónicas a conversas entre o então dirigente financeiro do CDS-PP, Abel Pinheiro, e Paulo Portas, à data ministro da Defesa do Governo PSD/CDS.
Para o líder centrista, hoje empenhado numa reaproximação ao PSD e a jogar num novo eventual governo de coligação nas próximas legislativas, os dois processos dos submarinos (aquisição e contrapartidas) são uma pedra no sapato.
O elemento-chave do desfecho judicial está no trabalho pericial que suportou a acusação do Ministério Público (MP), no caso das contrapartidas, e que ainda decorre na investigação ao processo de aquisição dos submersíveis.
A linha de defesa dos nove gestores portugueses e alemães acusados de terem burlado o Estado em 34 milhões de euros tem evidenciado que, caso consiga derrubar a base pericial que suporta a acusação, não só pode evitar que este processo vá para julgamento, como fragilizará, de forma decisiva, a investigação sobre a aquisição dos submarinos e que gira à volta do actual líder centrista.
As dezenas de horas de inquirições a testemunhas e arguidos, a grande parte das quais o PÚBLICO assistiu, evidenciaram que a peritagem da Inteli, um centro de investigação e inovação detido maioritariamente pelo Estado, se tornou o alvo preferencial dos advogados.
O ataque é patente na dureza dos interrogatórios em que a defesa, representada por alguns dos maiores escritórios de advogados do país, transformou as audições com o presidente da Inteli, José Rui Felizardo, testemunha neste processo. Falta ainda ouvir os dois peritos que assinam o relatório, como testemunhas, em audição prevista para Julho.
Há uma dupla consequência no ataque da defesa à Inteli.
É que o presidente deste centro já disse várias vezes em tribunal que a instituição continua a colaborar com o Ministério Público no âmbito da investigação à compra dos submarinos e, na última sessão, precisou que um dos peritos que ajudaram o DCIAP no caso das contrapartidas se mantém em funções no processo dos submarinos. Ora, se a defesa conseguir invalidar a peritagem neste caso, como pretende, dificilmente ela resistirá no outro, já que os argumentos são similares.
Nas contrapartidas, a defesa pediu que a peritagem fosse declarada inválida alegando falta de imparcialidade dos peritos, mas partindo dos mesmos factos que levaram o Ministério Público a concluir o oposto. Os serviços prestados pela Inteli à Escom, no âmbito das contrapartidas dos submarinos, à Acecia e à Comissão Permanente de Contrapartidas representam para o Ministério Público a prova da "força do seu objectivo, experiência e idoneidade".
Nos autos do processo, o MP afirma ter nomeado a equipa de peritos da Inteli após ter confirmado a "mais-valia que representava para a investigação", uma decisão que diz ter sido tomada depois de "afastadas todas e quaisquer suspeitas" quanto ao acompanhamento que a entidade fez das negociações que conduziram à celebração do contrato de aquisição de dois submarinos ao GSC e do respectivo contrato de contrapartidas.
A defesa invoca, por seu lado, que o facto de a Inteli ter colaborado com as diversas entidades lhe retira o distanciamento essencial para agir como perita e questiona as condições de remuneração do trabalho.
Contudo, é o TCIC, sob a presidência do juiz Carlos Alexandre, que irá decidir se os arguidos vão ser julgados pelos crimes de burla qualificada e falsificação de documentos de que foram acusados pelo MP.
Para um escritório de advogados, em particular, uma eventual derrota da investigação do Ministério Público sobre as contrapartidas significará uma dupla vitória.
Daniel Proença de Carvalho representa os dois arguidos alemães, Antje Malinowski e Horst Weretecki, neste processo e herdou, com a fusão com a Uría Menendez, o sócio Bernardo Ayala, que é arguido no caso dos submarinos.
Este advogado é detentor de inúmeros documentos sobre este processo e recusa-se a entregá-los ao DCIAP, invocando para tal sigilo profissional.
Hoje, deverão testemunhar o ex-presidente da CPC, Rui Neves, a ex-vogal, Helena Loureiro, e Vítor Santos, actual presidente da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e autor, em 2005, de um estudo sobre contrapartidas.

As pontas que ligam o caso Portucale aos dos submarinos

1

Tipo de crime
Tráfico de influência, abuso de poder e falsificação de documentos

Portucale

Fase: Julgamento
Juiz de instrução Carlos Alexandre
Peritagem: Não teve
Início: 2005

Ministério Público
O ex-dirigente do CDS-PP terá usado a sua influência para conseguir a autorização do Governo PSD/CDS-PP para o abate de sobreiros, essencial para viabilizar um empreendimento turístico do grupo Espírito Santo na herdade da Vargem Fresca, em Benavente

Arguidos:
Abel Pinheiro, dirigente do CDS-PP e ex-responsável financeiro do partido
Luís Horta e Costa, administrador da Escom
José Manuel de Sousa, administrador da Espart
Carlos Calvário, director do BES
António Sousa Macedo, ex-director-geral das Florestas
Manuel Rebelo, director da Circunscrição Florestal Sul
António Jorge Gonçalves, Núcleo Florestal do Ribatejo
Eunice Tinta, João Carvalho, Teresa Godinho e José Valadas, funcionários do CDS-PP

Advogados
José António Barreiros (Abel Pinheiro)
Uría Menendez/Proença de Carvalho (Luís Horta e Costa)
Carlos Pinto de Abreu (António Sousa Macedo)
José Lobo Moutinho, da Sérvulo & Associados (Carlos Calvário)
Raul Soares da Veiga

Processo aberto a partir de indícios do caso Portucale

2

Submarinos

A partir de duas escutas a conversas de Abel Pinheiro e Paulo Portas nasceu o processo dos submarinos

Fase: Inquérito
Juiz de instrução Carlos Alexandre
Peritagem: Em curso, por peritos da Inteli
Início: 2006

Tipo de crime
Corrupção, participação económica em negócio e branqueamento

Ministério Público
A investigação tenta esclarecer as circunstâncias em que o Estado português comprou ao consórcio alemão GSC dois submarinos, existindo suspeitas de que os representantes do Estado conduziram as negociações e celebraram o contrato de aquisição de forma a favorecer o consórcio alemão, por este lhes ter proporcionado vantagens patrimonais relevantes. O MP tenta seguir o rasto de 30 milhões de euros pagos à Escom que terão servido para financiamento partidário ao CDS-PP

Arguidos:
Bernardo Diniz Ayala
(Advogado que saiu da Sérvulo Correia, foi para a Uría Menendez e agora trabalha com Proença de Carvalho, depois da fusão com o escritório espanhol. Único arguido conhecido até agora)

Processo aberto a partir de indícios obtidos na investigação dos submarinos

3

Contrapartidas dos submarinos

Processo foi constituído a partir de indícios recolhidos no processo dos submarinos

Fase: Instrução
Juiz de instrução Carlos Alexandre
Peritagem: Inteli (concluída)
Início: 2009

Ministério Público
Nove arguidos são acusados de terem feito crer ao Estado português que negócios que mantinham com empresas alemãs tinham na base a intervenção da Man Ferrostaal, uma das firmas que integram o consórcio vendedor, o que permitiu que tais negócios fossem contabilizados como contrapartidas dos submarinos. Acontece que tal não terá acontecido, já que os ditos negócios tinham sido estabelecidos sem qualquer intervenção da sociedade alemã no âmbito das habituais relações comerciais das ditas empresas. O MP sustenta que o Estado foi lesado em 34 milhões de euros

Tipo de crime
Falsificação de documento e burla qualificada

Arguidos:
Pedro Ramalho, presidente da Simoldes
António Lavrador, administrador da Ipetex
Filipe Moutinho, presidente da Sunviauto
Jorge Gonçalves, Amorim Industrial Solutions e presidente da Comissão Executiva da Acecia
Rui Santos, director comercial da Inapal Plásticos
António Roquette, presidente da Inapal Plásticos
José Medeiros, Comportest
Horst Weretecki, representante da Man Ferrostaal que acompanhou a execução do programa de contrapartidas
Antje Malinowski, subalterna de Weretecki na Man Ferrostaal e ligada ao mesmo processo

Advogados:
Trocado Perry da Câmara Durães Rocha & Associados (António Lavrador, José Medeiros e Pedro Ramalho)
Uría Menendez/Proença de Carvalho (Horst Weretecki e Antje Malinowski)
Amílcar Fernandes/António Cândido Natário (Filipe Moutinho)
Miguel Cameira (António Roquette)
Rogério Alves (Jorge Gonçalves)

Investigações giram à volta do CDS-PP, da Escom e de um pequeno grupo de grandes escritórios de advogados

CDS-PP
Conversas entre Abel Pinheiro, ex-responsável pelas finanças do CDS-PP e Paulo Portas, presidente do CDS-PP, determinaram a abertura da investigação dos submarinos.
Abel Pinheiro, ex-dirigente do CDS, é acusado de tráfico de influência.
Paulo Portas, presidente do CDS-PP, foi o ministro da Defesa que negociou os submarinos, no mesmo Governo PSD/CDS-PP. Não foi constituído arguido.
Luís Nobre Guedes, ex-dirigente do CDS, foi o ministro do Ambiente do Governo PSD/CDS que produziu o despacho que permitiu o abate dos sobreiros, assinado poucos dias antes das legislativas de 2005. Foi constituído arguido mas não passou a acusado.
Telmo Correia, hoje deputado do CDS, co-assinou o despacho enquanto ministro do Turismo. Não foi constituído arguido.
Um milhão de euros foram depositados numa conta do CDS-PP no BES, três meses antes do polémico despacho que permitiu o abate dos sobreiros.
Brandão Rodrigues, actualmente deputado do CDS-PP, é ex-presidente da CPC e foi alvo de busca domiciliária, no âmbito do processo dos submarinos. Usou o estatuto parlamentar para evitar testemunhar presencialmente no caso das contrapartidas.

Escom/GES
Terá sido Luís Horta e Costa, administrador da Escom, a empresa não financeira do Grupo Espírito Santo, a pedir a Abel Pinheiro ajuda para desbloquear o despacho para o abate dos sobreiros.
Para além de Luís Horta e Costa, José Manuel de Sousa e Carlos Calvários, arguidos no caso Portucale, estão ligados ao GES. São, respectivamente, administrador da Espart e director do BES.
A Escom recebeu 30 milhões de euros associados à aquisição dos submarinos, cujo rasto o Ministério Público persegue.
A Escom foi intermediária na montagem do programa de contrapartidas dos submarinos, apesar de não ser suspeita no processo das contrapartidas.
Numa das escutas a Abel Pinheiro, pouco depois da aprovação do diploma, o ex-responsável pelas finanças do CDS terá sido apanhado a dizer a Vítor Neves, administrador do GES: "Fazendo as contas, nós metemos na mão da sua gente mais de 400 milhões de euros nas últimas três semanas."

Escritórios de advogados

Uría Menendez & Proença de Carvalho
O advogado Proença de Carvalho defende Luís Horta e Costa, no processo Portucale.
O novo sócio de Proença de Carvalho, Bernardo Ayala, é arguido no caso da compra dos submarinos. Foi, anteriormente, no escritório de Sérvulo Correia, o principal consultor jurídico do Ministério da Defesa durante as negociações com os alemães. Aparece como figura-chave no circuito da documentação a que o DCIAP e o Governo querem ter acesso mas não conseguem.
Proença de Carvalho é também advogado dos dois arguidos alemães, Antje Malinowski e Horst Weretecki, que respondem no processo das contrapartidas.

Sérvulo & Associados
Trabalha para o Ministério da Defesa e já colaborou com a Comissão Permanente de Contrapartidas, no processo dos submarinos.
Foi um dos escritórios alvos de busca por parte do Ministério Público por causa dos submarinos.
Na altura das buscas, Bernardo Ayala já estava na Uría Menendez, que também foi alvo de buscas, isto antes da fusão com o escritório de Proença de Carvalho.
Lisa Pinto Ferreira, advogada cujo nome aparece citado em vários documentos sobre o processo dos submarinos, deixou de estar ligada a este escritório.
José Lobo Moutinho, advogado da Sérvulo, defende o arguido Carlos Calvário no processo Portucale.

Trocado Perry Durães Rocha
Luís Nobre Guedes, ex-ministro do Ambiente e ex-dirigente centrista, foi sócio deste escritório até 2006.

Rogério Alves
Bárbara Marinho e Pinto, filha do actual bastonário da Ordem dos Advogados, foi, no início do processo das contrapartidas dos submarinos, advogada de Karina Pestamgy, funcionária do agrupamento de empresas acusado pelo Ministério Público, essencial na estratégia da defesa em relação ao papel dos peritos da Inteli.
Rogério Alves e Bárbara Marinho e Pinto defendem hoje outro arguido no caso das contrapartidas, Jorge Gonçalves.

FONTES: Consulta aos processos.

Textos: **Lurdes Ferreira e Mariana Oliveira**; Infografia: **José Alves**